

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 15, de 2018

Autoria: Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

Iniciativa:

Ementa:

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 580, de 2015, que “altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção”, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério Extraordinário da Segurança Pública;
2. Representante do Departamento Penitenciário Nacional;
3. Representante do Conselho Nacional de Justiça;
4. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
5. Representante do Ministério Público do Trabalho; e
6. Representante do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 08/05/2018 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

TRAMITAÇÃO

08/05/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Na 14ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme o Requerimento nº 15, de 2018-CCJ, de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado, com a presença dos seguintes convidados: RAIMUNDO ANTONIO PALMEIRA DE ARAUJO, Conselheiro Federal e Secretário da Comissão Especial de Estudo do Direito Penal do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, representante da OAB; GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA, Procurador Regional do Trabalho, Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região e Membro da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (CONAP), representante do Ministério Público do Trabalho; DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, Conselheiro e Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público, representante do CNMP; MARA FREGAPANI BARRETO, Coordenadora-Geral de Promoção da Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional, representante do Ministério Extraordinário da Segurança Pública; e JOÃO VICTOR LOUREIRO, Assessor de Relações Institucionais do Departamento Penitenciário Nacional, representante do DEPEN. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka e o Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ.

25/04/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 25/04/2018, a Comissão aprova o Requerimento nº 15, de 2018-CCJ, de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 15, de 2018

TRAMITAÇÃO

25/04/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 12:47.

DOCUMENTOS

RQJ 15/2018

Data: 25/04/2018

Autor: Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS nº 580, de 2015, que “altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção”, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério Extraordinário da Segurança Pública;
2. Representante do Departamento Penitenciário Nacional;
3. Representante do Conselho Nacional de Justiça;
4. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
5. Representante do Ministério Público do Trabalho; e
6. Representante do Conselho Nacional do Ministério Público.